

## A NOÇÃO DE IDEOLOGIA EM DURKHEIM\*

Nildo Viana\*\*

**Resumo:** o presente artigo discute a noção de ideologia no pensamento de Durkheim. A partir de uma análise do discurso de Durkheim e seu uso do termo ideologia, busca-se reconstituir o significado desta noção. Uma análise rigorosa do uso do termo em *As Regras do Método Sociológico* e em outras obras deste autor, permite entender o significado implícito da noção de ideologia e assim explicitá-la. A noção de ideologia em Durkheim é explicada pelo contexto social, cultural e discursivo do autor, sendo que ela remete ao problema da história das ciências e à transição do pensamento pré-científico para o pensamento científico, sendo que toda ciência, no seu período de nascimento, possui uma fase ideológica.

**Palavras-chave:** Ideologia. Noção. Ciência. Discurso. Análise do Discurso.

## THE NOTION OF IDEOLOGY IN DURKHEIM

**Abstract:** *this article discusses the notion of ideology in Durkheim's thought. From an analysis of Durkheim's discourse and his use of the term ideology, one seeks to reconstitute the meaning of this notion. A rigorous analysis of the use of the term in *The Rules of Sociological Method* and other works of this author, allows to understand the implicit meaning of the notion of ideology and thus to make it explicit. Durkheim's notion of ideology is explained by the social, cultural and discursive context of the author, which refers to the problem of the history of science and the transition from pre-scientific thought to scientific thought, all science in its period of birth, has an ideological phase.*

**Keywords:** *Ideology. Notion. Science. Speech. Speech Analysis.*

---

\* Recebido em: 21.06.2017. Aprovado em: 18.09.2017.

\*\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Pós-doutor pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* nildoviana@ymail.com.



O objetivo do presente artigo é discutir a noção de ideologia na sociologia de Émile Durkheim. Esse termo foi poucas vezes utilizado por Durkheim, mas cumpre um papel importante na sua sistematização da sociologia como ciência, tal como exposto em *As Regras do Método Sociológico*. Além disso, o termo “ideologia” é um dos mais trabalhados na tradição sociológica e nas ciências humanas em geral, sendo que assume importância verificar seu uso por parte de um autor considerado clássico da sociologia.

Além disso, uma análise da gênese e significado da noção de ideologia em Durkheim é importante por outros motivos. Sem dúvida, a sociologia do conhecimento, e mais ainda a sociologia da ciência, tem um campo amplo para desenvolver que a aproxima da epistemologia, que é a análise da linguagem científica. A linguagem científica, ao contrário da linguagem comum, se expressa através de conceitos, construtos, noções, que são complexos e que não podem ser entendidos como as palavras comuns. Isso pode ser visto, por exemplo, no fato de que a linguagem complexa não pode usar sinônimos como se faz na linguagem cotidiana. O processo social de constituição da linguagem científica e a análise da composição linguística dos cientistas é fundamental nesse processo de análise da ciência e seu caráter social. Outro motivo, relacionado ao anterior, é que a análise do termo ideologia em Durkheim tem o papel de recuperar um elemento do seu pensamento que geralmente é esquecido e abandonado, mas extremamente relevante para compreender a história do seu pensamento e suas ideias.

Este é o elemento mais importante, pois compreender a gênese e significado da noção de ideologia em Durkheim é fundamental para entender o seu pensamento, não somente no aspecto específico da sua concepção de história da ciência e, mais especificamente, da sociologia, mas no sentido mais geral do seu pensamento. O desenvolvimento da análise do discurso contribui para entender o processo de análise de autores e obras científicas. Ela demonstra que é fundamental, para compreender um determinado autor, o conjunto, a totalidade do seu pensamento, mas para isso é necessário entender suas unidades, as noções e conceitos no sentido fornecido pelo autor, permitindo assim uma compreensão mais adequada do mesmo. Um exemplo pode ajudar a entender isso. O conceito de partido em Marx (1988) no livro *Manifesto do Partido Comunista* tem um sentido cuja compreensão é dificuldade sem uma contextualização histórica. Nessa obra, Marx não usa o termo tal como o usamos hoje, no sentido dos partidos políticos formais existentes na democracia representativa. O termo partido, nessa obra, tem o significado de posição, assim como em sua outra obra, *Dezoito Brumário* (1986), no qual ele fala do “partido de César”. No entanto, muitos leitores pensam que o termo partido na primeira obra citada é o que usamos hoje, promovendo um equívoco interpretativo e má compreensão do autor, não somente nessa obra como em seu pensamento em geral, confundindo sua concepção com a de um dos seus seguidores, Lênin, para o qual o partido assume importância fundamental e isso é atribuído equivocadamente a Marx. Apenas uma palavra, que nem sequer tinha o *status* de noção (e muito menos de conceito), no pensamento de um autor, promove inúmeros equívocos interpretativos.

É de conhecimento público que o termo ideologia possui diversas definições e que existe uma grande variedade de concepções a seu respeito (EAGLETON, 1997; ZIZEK, 1999; LENK, 1974). É possível entender os antecedentes do termo ideologia sob duas formas, a que podemos denominar “formal” e a que podemos chamar “substancial”. A análise formal é a que engloba quem usa o mesmo termo e, assim, no caso em questão, todos que os que usam o termo ideologia estariam no interior desse processo analítico, pois há uma semelhança formal, que é o uso da palavra, mesmo com significados distintos. A análise substancial é aquela que não engloba quem usa o termo ideologia, mas sim aqueles que atribuem significados e conteúdos a esta palavra que são definidos *a priori* pelo analista. Assim, podemos dizer que a análise formal do termo ideologia remete para o estudo dos autores que o usaram, independente do seu significado e a análise substancial realiza o processo analítico daquilo que, *a priori*, o pesquisador definiu como ideologia.

Podemos exemplificar o uso da análise formal a partir daqueles pesquisadores que fazem uma arqueologia da utilização do termo ideologia e que poderia englobar Destutt De Tracy, Napoleão, Marx, Mannheim, Korsch, Althusser, Gramsci e diversos outros<sup>1</sup>. Claro que apesar de haver semelhança formal, que é o uso do termo ideologia, o significado varia enormemente. Para Destutt De Tracy, a ideologia seria a “ciência das ideias”, enquanto que, para Gramsci, seria uma “visão de mundo”. Podemos encontrar diversos outros significados em diversos outros autores.



A análise substancial, por sua vez, pode ser exemplificada por algum autor que ao invés de analisar o uso do termo, centra sua seleção em um determinado significado atribuído *a priori* ao mesmo, tal como “falsa consciência”. Nesse caso, se poderia utilizar um conjunto de autores que discutiram formas de falsa consciência sem usar o termo ideologia, o que permitiria incluir Bacon (1979), que usa o termo *idola*, Proudhon (BANCAL, 1984), que usa o termo *ideomania*, até autores mais recentes que podem usar qualquer outra palavra (imaginário, representações, etc.) que ele considera uma forma de falsa consciência ou mesmo ideologia nesse sentido, tal como Marx (MARX; ENGELS, 2002), Korsch (1977), Althusser (1989), entre outros. Sem dúvida, se a definição *a priori* de ideologia for outra, então há uma alteração nos autores analisados. Se for “visão de mundo”, então é possível discutir autores que não usaram o termo ideologia mas trabalharam tal ideia. Assim, seria possível incluir Gramsci e Lênin que usam ideologia, contrariamente a Marx, como “visão de mundo” (LÖWY, 1987) e autores que usam “visão de mundo”, tal como Weber e sua ideia de *Weltanschauung* (LÖWY, 1987) sem utilizar o termo ideologia.

É também possível mesclar as duas formas de análise. Esse é o caso quando aborda tanto o uso do termo em questão quanto outras abordagens a partir de determinada concepção *a priori* do analista. É o caso de tentar abordar o termo ou elementos de um determinado significado em diversos autores e concepções. Assim, por exemplo, é possível abordar a dialética a partir do surgimento do termo na filosofia antiga e sua evolução que traz novos significados e ao mesmo tempo analisar as contribuições de autores que não usaram o termo, mas apontaram elementos presentes e semelhantes à concepção do autor que faz tal análise, como, por exemplo, Heráclito, que anuncia elementos da dialética hegeliana e marxista (VIANA, 2015). No entanto, há autores que fazem as duas formas de análise mesclada, ou mesmo coletâneas, sem ter consciência ou afirmar que está fazendo isto, tal como o exemplo de Kurt Lenk (1974) e sua coletânea sobre ideologia, na qual apresenta desde os iluministas e suas análises dos erros e preconceitos, passando por Marx até chegar aos positivistas e sociologia do conhecimento, o que não deixa de ser confuso<sup>2</sup>.

Contudo, devemos evitar o equívoco de pensar o termo ideologia em determinados autores a partir do significado que atribuímos e não do significado que ele mesmo atribuiu. Da mesma forma, o erro oposto também deve ser evitado, no sentido de não atribuir ao autor o uso da palavra ideologia se ele não a utilizou efetivamente. O primeiro equívoco é comum no caso de Durkheim e o segundo no caso de Max Weber. Muitos fazem a leitura de Durkheim como se ideologia fosse “falsa consciência”, sentido que alguns marxistas darão ao termo, o que não é exato no caso deste pensador, tal como mostraremos adiante. Da mesma forma, Max Weber não usou o termo ideologia e por isso usar tal termo ao discutir sua concepção é algo bastante equivocado (e mais ainda dependendo que se entende por tal expressão).

No nosso caso, a análise que efetivaremos é formal, ou seja, é o uso da noção de ideologia por Durkheim e não uma concepção de ideologia *a priori* que possuímos<sup>3</sup>. O que nos interessa aqui é o termo ideologia no pensamento de Durkheim e não o significado que julgamos mais adequado para este termo. Assim, evitamos os equívocos comuns, entre os quais atribuir a Durkheim um significado à noção de ideologia que não é o dele, por mais usual que seja ou por mais que estejamos convencidos de sua pertinência e o de procurar em sua obra o conteúdo que nós entendemos estar associado ao termo ideologia ao invés do que ele associou a esta noção. Obviamente que as bases para tal entendimento remetem à análise do discurso, pois o sentido das palavras, noções, conceitos, remetem ao contexto discursivo onde elas emergem (VIANA, 2009) e por isso qualquer análise rigorosa deve ter isso em mente e evitar assim atribuições de significado que são equivocadas.

No que se refere ao termo ideologia e seu significado no discurso de Durkheim, podemos dizer que o pensador antecedente mais profundo, no sentido substancial, foi Francis Bacon, com sua concepção dos *idola*. No sentido formal do termo ideologia, os antecedentes de Durkheim foram Destutt de Tracy e Marx. Desde Bacon até Marx, ou seja, do século 16 ao século 19, diversas concepções (no sentido substancial e no formal, sendo que este último apenas a partir do século 19) existiram<sup>4</sup>. Quando Durkheim utiliza a palavra, ele faz um uso peculiar e que remonta algumas concepções, embora suas fontes inspiradoras mais importantes tenham sido Francis Bacon e Augusto Comte<sup>5</sup>.

Durkheim não elaborou uma definição exaustiva de ideologia. Ele nem sequer a definiu, bem como não deu uma grande importância a este termo no conjunto de sua obra e concepção. Ele, por



consequente, não usou o termo ideologia como parte de sua produção científica, não elaborou um conceito ou construto de ideologia. Nesse sentido, podemos colocar que se trata de uma noção e não de um conceito, um esboço que não foi desenvolvido<sup>6</sup>. Nesse sentido, a noção é um intermediário entre as palavras comuns, a linguagem simples, e as palavras complexas, a linguagem complexa, expressa principalmente pelo saber complexo, tal como a ciência e a filosofia.

A noção de ideologia em Durkheim tem o problema de sua indefinição explícita. Ou seja, ao não definir o termo ideologia, Durkheim elaborou uma noção implícita. Caso tivesse definido, obviamente, seria uma noção explícita. Isso é relativamente comum na produção científica, embora tenha variações de acordo com o pensador, o filósofo ou o cientista em questão. Marx, por exemplo, produziu diversos conceitos implícitos, o que deu margem a inúmeras interpretações e reflexões, bem como definições distintas. Embora os conceitos explícitos dele também tenham sofrido a mesma sorte. Durkheim também não escapa disso e a noção de ideologia se coloca nesse caso. Mas como descobrir o significado de um conceito implícito? Ou, como é o caso aqui analisado, uma noção implícita? Já que o termo não foi definido, então o seu significado não foi explicitado e a única forma de descobri-lo é apelando para o uso e o contexto significativo do mesmo. Assim, o nosso procedimento é analisar o uso que Durkheim forneceu à noção de ideologia e o seu contexto significativo, ou seja, sua inserção num contexto marcado por diversos outros termos com seus significados e sua relação com eles, que constituem um campo linguístico (lexical e semântico).

Nesse sentido, a análise do discurso torna-se uma ferramenta importante para realizar a reconstituição do significado da noção de ideologia no pensamento de Durkheim. A análise do discurso, sem dúvida, possui diversas tendências (BRANDÃO, 1997) e não poderemos explicitá-las aqui. Por isso nos limitamos tão somente a apresentar os elementos básicos da análise do discurso que utilizaremos para nossa análise do significado da noção de ideologia em Durkheim, derivados de uma de suas tendências (VIANA, 2009). Para tal análise, destacamos o uso do procedimento metodológico de analisar o contexto social, cultural e discursivo, com foco neste último, pois este é o que nos permite descobrir o significado da noção. O contexto social remete ao conjunto das relações sociais que são condições de possibilidade de um determinado discurso. O contexto cultural, intimamente ligado ao social, também é fundamental, principalmente para entender as fontes de inspiração, as ideologias vigentes, etc. Por sua vez, o contexto discursivo tem importância fundamental, pois não isola um trecho ou texto da obra do autor ou mesmo uma obra ou período, pois tenta inserir sua produção no conjunto e destacando suas preocupações fundamentais, a evolução intelectual do autor<sup>7</sup>, o significado preciso dos termos utilizados, etc. (VIANA, 2009). Sem dúvida, devido à questão de espaço, aprofundaremos a questão do contexto discursivo e somente faremos algumas referências ao contexto social e cultural, mas que estarão presentes no processo analítico e explicativo, mesmo que implicitamente.

## A GÊNESE DA NOÇÃO DE IDEOLOGIA EM DURKHEIM

Quanto um pensador usa um termo (conceito, construto ou noção), ele não o faz através de uma inovação total, um ato fundador gratuito e sem referências. No fundo, assim como qualquer representação, ideia, concepção, os conceitos possuem origem social. Desde Marx (MARX; ENGELS, 2002), passando pela sociologia do conhecimento de Mannheim (1986), até chegar a concepções sociológicas mais recentes, o processo de constituição social das ideias, representações, ideologias, etc. é enfatizado. A ciência, em muitos casos, parece estar ausente e a individualidade do cientista é ressaltada. Contudo, diversos pensadores questionam tal distinção e colocam a ciência como uma produção cultural que é igual a qualquer outra forma de saber. No entanto, não é possível aceitar acriticamente nenhuma das posições extremadas.

Sem dúvida, a ciência é um saber constituído socialmente, tal como as demais representações dos seres humanos. Mas é preciso ressaltar que, apesar disso, ela possui uma especificidade. Assim, a constituição social da ciência remete não somente ao estudo de sua gênese social, mas também de sua especificidade e ao estudo das relações sociais específicas que estão envolvidas em seu processo de produção. Desta forma, não se pode deduzir mecanicamente uma relação entre a sociedade e a produção científica. Obviamente que o oposto, pensar que a ciência está fora da sociedade e não sofre



o impacto das mudanças sociais, das lutas sociais, do desenvolvimento político, das crenças e demais formas de saber, etc., é um equívoco ainda mais grave. É tão grave que é semelhante a considerar que um cientista não é um ser humano.

No caso do uso do termo ideologia por Durkheim, é preciso reconhecer que ele não foi um construtor original da palavra ou do seu significado. Se Destutt de Tracy não tivesse criado a palavra e ela não tivesse sido reproduzida por Napoleão e Marx (LÖWY, 1985; CHAUI, 1992), dificilmente ele iria criá-la ou reproduzi-la. Durkheim usa um termo que já existia na sociedade e nos discursos e não foi criação dele. Este uso está ligado a um determinado contexto social e cultural. Essa é a época positivista e ligada ao cientificismo (HOBSBAWM, 1988). Trata-se do século 19, o século de surgimento das ciências humanas. Naquele período, havia a proliferação de diversas ciências particulares, tal como a historiografia, geografia, sociologia, etc. Claro que muitos tentaram criar outras ciências, mas eram natimortas e restaram delas apenas os nomes, tal como a ideologia (CHAUI, 1992; LÖWY, 1985) ou então ficaram num nível de existência bastante subordinado a outras ciências ou evoluindo para o que poderia ser denominada “ciência descritiva” (JACCARD, 1977). Assim, tal como a “ciência das ideias”, elas ficaram apenas na cabeça de alguns poucos daquela época ou então foram integradas em subdisciplinas de alguma ciência particular (no caso da “ideologia” como ciência das ideias, ela foi integrada principalmente na sociologia, como sociologia do conhecimento).

A modernização da sociedade francesa após a revolução burguesa e o novo contexto social da burguesia como classe conservadora e que perdeu o espírito crítico graças ao seu novo lugar na sociedade demonstra um processo de amplas mudanças sociais que são acompanhadas por amplas mudanças culturais. Esse contexto social marcará a produção inicial de Durkheim. A ascensão do movimento operário revolucionário ao lado das divergências no interior da classe dominante promoverá uma situação que em termos durkheimianos poderia ser próxima a de “anomia”. Obviamente que tal situação provocou um impacto em Durkheim e sua produção intelectual (DUVIGNAUD, 1982).

O contexto cultural estava intimamente ligado a tal contexto social. Comte buscava não apenas criar a sociologia como nova ciência particular, mas também criar uma concepção que fosse “a ideia diretriz para a reorganização da sociedade abalada pela Revolução Francesa” (TIMASHEFF, 1965, p. 36). Quando Durkheim iniciou sua produção, o positivismo reinava, mas não o positivismo comteano em sua totalidade. Foi o seu espírito (que era o seu projeto de constituir ciências positivas da sociedade e seu papel regenerador da sociedade) que ficou conservado na obra de Durkheim e de diversos outros pensadores da época. Um deles era a superavaliação da ciência e sua separação de outras formas de saber, geralmente consideradas inferiores. O contexto cultural era marcado, portanto, pela vigência da valorização da ciência, por um lado, e da desvalorização das demais formas de saber. É nesse contexto cultural que Durkheim realizará sua discussão na qual aborda a questão da ideologia.

O próprio Durkheim revela suas fontes de inspiração para tal uso e que separa ciência de ideologia, revelando a valorização da primeira e a desvalorização da segunda. Sem dúvida, há um conjunto de autores que Durkheim se inspira para desenvolver sua sociologia em geral e algumas ideias em particular. Ele retoma alguns pensadores anteriores à sua época, mas que tematizaram a questão do pensamento falso (usando nomes e concepções distintas) e também pensadores influentes de sua época, especialmente Comte. No caso aqui abordado, podemos citar alguns destes pensadores anteriores. Um deles é Rousseau:

A preocupação constante de Rousseau era evitar ‘o erro daqueles que, ao raciocinar sobre o estado de natureza, usam ideias retiradas da sociedade’ [...]. Para esse fim, devemos nos livrar de todas as pré-concepções de origem social, sejam verdadeiras ou falsas, ou, como ele diz. ‘limpar o pó e a areia que rodeiam o edifício’ e ‘descobrir o fundamento sólido no qual ele se apoia’ [...]. Esse fundamento sólido é o estado de natureza (DURKHEIM, 2008a, p. 77).

Ele identifica essa concepção com a de Descartes:

Não se pode deixar de notar a semelhança entre esse método e o de Descartes. Ambos os pensadores afirmam que a primeira operação da Ciência deve ser uma espécie de purgação intelectual que limpe a mente de todos os julgamentos mediatos que não tenham sido demonstrados cien-



tificamente para despojar os axiomas dos quais todas as outras proposições devem derivar-se (DURKHEIM, 2008a, p. 78).

Desta forma, Durkheim busca distinguir entre o não-científico e o científico. Essa preocupação é fundamental em *As Regras do Método Sociológico*. As primeiras fontes de inspiração são, sem dúvida, Rousseau e mais ainda Descartes. A dúvida metódica é um elemento do racionalismo cartesiano que vai estar presente na produção durkheimiana e os trechos acima citados mostram isso. Contudo, as fontes inspiradoras mais diretas de Durkheim para construir sua noção de ideologia são Augusto Comte (1976) e Francis Bacon (1979). Ele retoma vários elementos da concepção comteana e nesse processo de retomada (que provoca alterações, obviamente) a ideia das leis dos três estados acaba sendo readmitida implicitamente, mas sem os aspectos especulativos e filosóficos existentes na abordagem de Comte. A ideia da formação de uma ciência do social ou da moral, ou seja, da sociologia, convive, em Comte e Durkheim, numa busca de ruptura com as concepções teológicas e metafísicas. Francis Bacon é outra fonte de inspiração para Durkheim, especialmente sua teoria dos *ídola*, na qual se coloca a existência de “noções vulgares” e equivocadas da realidade. Podemos observar todas essas influências na sociologia durkheimiana, especialmente em *As Regras do Método Sociológico*, obra em que aborda a questão da ideologia e que passaremos a analisar agora.

### A NOÇÃO DE IDEOLOGIA EM “AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLOGICO”

No interior de um discurso científico, com sua especificidade, a compreensão dos termos (noções, conceitos, construtos, palavras) utilizados, depende de um processo analítico de decomposição e recomposição (VIANA, 2009). No caso, tratamos da noção de ideologia em *As Regras do Método Sociológico*. É nesta obra, fundamentalmente, que Durkheim utilizará o termo ideologia e é, portanto, neste contexto que podemos compreendê-lo. Se Durkheim nunca tivesse usado tal termo, então poderíamos, pelo conteúdo do que ele afirma, relacioná-lo com outras definições de ideologia e assim explicá-lo através da atribuição a ele de uma manifestação substancial de alguma concepção de ideologia.

Contudo, Durkheim utilizou a palavra ideologia e, por conseguinte, apresenta sua própria concepção da mesma. A ideologia em Durkheim é uma noção implícita, já que ele, apesar de ser prolífico em definições, não a definiu. Porém, alguns abordam a obra de Durkheim sobre ideologia confundindo o significado que ele atribui ao termo com outras representações que ele não qualifica como tal. Para *entender* o pensamento de Durkheim é fundamental compreender a sua linguagem, tal como o significado da noção de ideologia, e para se *apropriar* do seu pensamento é preciso explicitar que se trata de um uso substancial do termo que entra em contradição com seu uso formal (ou seja, não há interesse na concepção dele de ideologia e sim em determinadas representações que outros consideram ideologia). O nosso objetivo aqui não é esse e sim entender o significado que ele atribui ao termo ideologia, ou seja, é no contexto do seu pensamento e o significado que ele atribui à noção de ideologia que nos interessa.

Para compreender o significado do termo ideologia no pensamento de Durkheim, o ponto de partida é o seu uso por ele. Em algumas passagens de *As Regras do Método Sociológico*, ele usa esta noção e é através desse uso que vamos reconstituir o seu significado, tendo em vista que ele não a definiu. A discussão de Durkheim sobre ideologia ocorre no interior de sua discussão sobre a ciência e, mais precisamente, das “regras relativas à observação dos fatos sociais”, ao discutir o método sociológico:

No momento em que uma nova ordem de fenômenos torna-se objeto de ciência, eles já se acham representados no espírito, não apenas por imagens sensíveis, mas por espécies de conceitos grosseiramente formados. Antes dos primeiros rudimentos da física e da química, os homens já possuíam sobre os fenômenos físico-químicos noções que ultrapassavam a pura percepção, como aquelas, por exemplo, que encontramos mescladas a todas as religiões. É que, de fato, a reflexão é anterior à ciência, que apenas se serve dela com mais método. O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias; de acordo com as quais regula sua conduta. Acontece que, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades



a que correspondem, tendemos naturalmente a substituir estas últimas por elas e a fazer delas a matéria mesma de nossas especulações. Em vez de observar as coisas, de descrevê-las, de compará-las, contentamo-nos então em tomar consciência de nossas ideias, em analisá-las, em combiná-las. Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos mais do que uma análise ideológica. Por certo, essa análise não exclui necessariamente toda observação. Pode-se recorrer aos fatos para confirmar as noções ou as conclusões que se tiram. Mas os fatos só intervêm então secundariamente, a título de exemplos ou de provas confirmatórias; eles não são o objeto da ciência. Esta vai das ideias às coisas, não das coisas às ideias (DURKHEIM, 2007, p. 15-6).

Aqui Durkheim contrapõe “ciência de realidades” e “análise ideológica”. O contexto da discussão remete ao que antecede a ciência. A ideologia está relacionada com a formação de ideias, reflexões, antes da observação, da descrição, das coisas. Ela está ligada à especulação e “conceitos grosseiramente formados”. Um elemento importante aqui é justamente a relação com as ideias, reflexões, especulação. A ideologia vai das ideias às coisas e não, de acordo com a ciência, das coisas às ideias. Durkheim continua:

É claro que esse método não poderia dar resultados objetivos. Com efeito, essas noções, ou conceitos, não importa o nome que se queira dar-lhes, não são os substitutos legítimos das coisas. Produtos da experiência vulgar, eles têm por objeto, antes de tudo, colocar nossas ações em harmonia com o mundo que nos cerca; são formados pela prática e para ela. Ora, uma representação pode ser capaz de desempenhar utilmente esse papel mesmo sendo teoricamente falsa. Copérnico, há muitos séculos, dissipou as ilusões de nossos sentidos referentes aos movimentos dos astros; no entanto, é ainda com base nessas ilusões que regulamos correntemente a distribuição de nosso tempo. Para que uma ideia suscite exatamente os movimentos que a natureza de uma coisa reclama, não é necessário que ela exprima fielmente essa natureza; basta que nos faça perceber o que a coisa tem de útil ou de desvantajoso, de que modo pode nos servir, de que modo nos contrariar. Mas as noções assim formadas só apresentam essa justeza prática de uma maneira aproximada e somente na generalidade dos casos. Quantas vezes elas são tão perigosas como inadequadas! Não é portanto elaborando-as, pouco importa de que maneira o façamos, que chegaremos a descobrir as leis da realidade. Tais noções, ao contrário, são como um véu que se interpõe entre as coisas e nós, e que as encobre tanto mais quanto mais transparente julgamos esse véu (DURKHEIM, 2007, p. 16-7).

Durkheim coloca que esse método não produz resultados objetivos e que as noções ou conceitos que resultaram de sua aplicação são “produtos da experiência vulgar”, são formados pela e para a prática. Esse papel prático pode ser desempenhado mesmo que a representação seja falsa. Ele cria um véu entre nós e as coisas. Uma ciência assim seria “truncada”, faltando a sua matéria para existência. Ela existe, mas se transforma em “arte”<sup>8</sup>. Tais noções são confundidas com o real. Submetida às necessidades, os resultados que ela busca são remédios e não a explicação. Na sequência, Durkheim cita Francis Bacon e sua concepção de noções vulgares:

Essa maneira de proceder é tão conforme à tendência natural de nosso espírito que a encontramos inclusive na origem das ciências físicas. É ela que diferencia a alquimia da química, bem como a astrologia da astronomia. É por ela que Bacon caracteriza o método que os sábios de seu tempo seguiam e que ele combate. As noções que acabamos de mencionar são aquelas *notiones vulgares* ou *praenotiones* que ele assinala na base de todas as ciências, nas quais elas tomam o lugar dos fatos. São os *idola*, fantasmas que nos desfiguram o verdadeiro aspecto das coisas e que, no entanto, tomamos como as coisas mesmas. E é por esse meio imaginário não oferecer ao espírito nenhuma resistência que este, não se sentindo contido por nada, entrega-se a ambições sem limite e julga possível construir, ou melhor, reconstruir o mundo com suas forças apenas e ao sabor de seus desejos (DURKHEIM, 2007, p. 18).

As noções vulgares ou prenoções são encontradas nas origens e base de todas as ciências, tal como no caso da alquimia e astrologia. Elas antecedem as ciências e são noções falsas, pois “tomam o lugar dos fatos”. Assim foi com as ciências naturais e há muito mais razão para acontecer com as ciências humanas. Os seres humanos sempre produziram ideias sobre o direito, a moral, o Estado, a



família, a sociedade, já que necessitam delas para sua existência. É principalmente o caso da sociologia, na qual as prenoções tem mais força e pode substituir as coisas. As “coisas sociais” só se concretizam devido à ação dos seres humanos e por isso parecem que tais coisas são a realização das ideias que carregamos conosco, tal como a família, o contrato, o Estado. Estes fenômenos sociais aparecem como desenvolvimento da ideia que temos deles. É por isso que alguns não viram em tais fatos sociais nada mais que combinações artificiais ou arbitrarias.

Durkheim acrescenta que a sociologia, até então, havia abordado mais conceitos do que as coisas. Comte reconheceu o caráter de “coisas” dos fenômenos sociais, mas tão somente em suas generalidades filosóficas, pois ao abordá-los, tomou as ideias como objeto de estudo. Durkheim cita a concepção comteana da evolução da humanidade, uma “representação inteiramente subjetiva” do progresso da humanidade que, “na prática”, não existe. Segundo Durkheim,

Um povo que substitui outro não é simplesmente um prolongamento deste último com algumas características novas; ele é outro, tem algumas propriedades a mais, outras a menos; constitui uma individualidade nova, e todas essas individualidades distintas, sendo heterogêneas, não podem se fundir numa mesma série contínua, nem, sobretudo, numa série única. Pois a sequência das sociedades não poderia ser figurada por uma linha geométrica; ela assemelha-se antes a uma árvore cujos ramos se orientam em sentidos divergentes. Em suma, Comte tomou por desenvolvimento histórico a noção que dele possuía e que não difere muito da que faz o vulgo. Vista de longe, de fato, a história adquire bastante claramente esse aspecto serial e simples. Percebem-se apenas indivíduos que se sucedem uns aos outros e marcham todos numa mesma direção, porque têm uma mesma natureza. Aliás, como não se concebe que a evolução social possa ser outra coisa que não o desenvolvimento de uma ideia humana, parece natural defini-la pela ideia que dela fazem os homens. Ora, procedendo assim, não apenas se permanece na ideologia, mas se dá como objeto à sociologia um conceito que nada tem de propriamente sociológico (2007, p. 20-1).

Durkheim, neste trecho, afirma que Comte “permanece na ideologia” e antes afirma que ele elaborou uma “representação subjetiva da realidade”, partindo da “ideia humana”, de “generalidades filosóficas”, que, no fundo, inexistem. Da mesma forma, ele cita Spencer e coloca que nas discussões dos sociólogos permanece “noções confusas, misturas indistintas de impressões vagas, de preconceitos e de paixões”. “Nos ramos especiais da sociologia, esse caráter ideológico é ainda mais pronunciado” (DURKHEIM, 2007, p. 23). Este é o caso da moral e dos fatos sociais. A psicologia passou por essa fase “subjetiva” e trata-se de fazer o mesmo na sociologia:

Em suma, a reforma que se trata de introduzir em sociologia é em todos os pontos idêntica à que transformou a psicologia nos últimos trinta anos. Do mesmo modo que Comte e Spencer declaram que os fatos sociais são fatos de natureza, sem no entanto tratá-los como coisas, as diferentes escolas empíricas há muito haviam reconhecido o caráter natural dos fenômenos psicológicos, embora continuassem a aplicar-lhes um método puramente ideológico. Com efeito, os empiristas, não menos que seus adversários, procediam exclusivamente por introspecção. Ora, os fatos que só observamos em nós mesmos são demasiado raros, demasiado fugazes, demasiado maleáveis para poderem se impor às noções correspondentes que o hábito fixou em nós e estabelecer-lhes a lei. Quando estas últimas não são submetidas a outro controle, nada lhes faz contrapeso; por conseguinte, elas tomam o lugar dos fatos e constituem a matéria da ciência. Assim, nem Locke, nem Condillac consideraram os fenômenos psíquicos objetivamente. Não é a sensação que eles estudam, mas uma certa ideia da sensação. Por isso, ainda que sob certos aspectos eles tenham preparado o advento da psicologia científica, esta só surgiu realmente bem mais tarde, quando se chegou finalmente à concepção de que os estados de consciência podem e devem ser considerados de fora, e não do ponto de vista da consciência que os experimenta. Tal foi a grande revolução que se efetuou nesse tipo de estudos. Todos os procedimentos particulares, todos os métodos novos que enriqueceram essa ciência, não são mais que meios diversos de realizar mais completamente essa ideia fundamental. É o mesmo progresso que resta fazer em sociologia. É preciso que ela passe do estágio subjetivo, raramente ultrapassado até agora, à fase objetiva (2007, p. 30-1).

A economia política também passa pelo mesmo processo. Ela acaba caindo no mesmo problema, pois a investigação científica é restrita e geralmente não ultrapassa o nível da arte. Ela se preocupa



mais em saber se o que deve ser aplicado é a concepção dos individualistas ou dos socialistas, ou seja, questões práticas. Tanto a psicologia quanto a economia política, nessa fase, ainda não usam o procedimento básico da ciência: “Tratar fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência” (DURKHEIM, 2007, p. 28)<sup>9</sup>. É nesse contexto que Durkheim chega a duas conclusões (ou “corolários”) a partir de toda essa discussão e que aponta para a necessidade de afastar as prenoções e de realizar o processo de definição. No primeiro caso, ele afirma: “É preciso descartar sistematicamente todas as prenoções. Uma demonstração especial dessa regra não é necessária; ela resulta de tudo o que dissemos anteriormente. Aliás, ela é a base de todo método científico (DURKHEIM, 2007, p. 32)”. Contudo, isso é negativo, é necessária uma regra positiva, tal como ele mesmo diz:

Mas a regra precedente é inteiramente negativa. Ela ensina o sociólogo a escapar ao domínio das noções vulgares, para dirigir sua atenção aos fatos; mas não diz como deve se apoderar desses últimos para empreender um estudo objetivo deles. Toda investigação científica tem por objeto um grupo determinado de fenômenos que correspondem a uma mesma definição. O primeiro procedimento do sociólogo deve ser, portanto, definir as coisas de que ele trata, a fim de que se saiba e de que ele saiba bem o que está em questão. Essa é a primeira e a mais indispensável condição de toda prova e de toda verificação; uma teoria, com efeito, só pode ser controlada se se sabe reconhecer os fatos que ela deve explicar. Além do mais, visto ser por essa definição que é constituído o objeto mesmo da ciência, este será uma coisa ou não, conforme a maneira pela qual essa definição for feita (DURKHEIM, 2007, p. 35).

Assim, afastar a prenoções e oferecer uma definição das coisas (e não das ideias)<sup>10</sup>. A observação que segue tais preceitos confunde duas ordens de fatos: “os que são o que devem ser e os que deveriam ser de outro modo, os fenômenos normais e os fenômenos patológicos” (DURKHEIM, 2007, p. 49). Eles devem integrar a definição no começo da pesquisa. Eles são de duas variedades, apesar de serem da mesma natureza e por isso devem ser distinguidos um do outro. A ciência possui a possibilidade de realizar esta distinção. Durkheim critica aqueles que consideram que a ciência trata apenas da observação e explicação, mas não do julgamento, que mostra as causas, mas não as finalidades, pois, nesse caso, “a ciência se vê assim destituída, ou quase, de toda eficácia prática, não tendo, portanto grande razão de ser; pois, de que serve trabalhar para conhecer o real, se o conhecimento que dele adquirimos não nos pode servir na vida?” (DURKHEIM, 2007, p. 50). Para podermos saber o que é desejável, segundo essa concepção, “deve-se recorrer às sugestões do inconsciente, não importa o nome que se dê a ele: sentimento, instinto, impulso vital, etc.” (DURKHEIM, 2007, p. 50). É nesse contexto que Durkheim retoma o termo “ideologia”:

O método ideológico permite, é verdade, escapar a esse misticismo, e foi aliás o desejo de escapar a ele o responsável, em parte, pela persistência desse método. Os que o praticaram eram, com efeito, demasiadamente racionalistas para admitir que a conduta humana não tivesse necessidade de ser dirigida pela reflexão; no entanto, eles não viam nos fenômenos, tomados em si mesmos e independentemente de todo dado subjetivo, nada que permitisse classificá-los segundo seu valor prático. Parecia portanto que o único meio de julgá-los seria relacioná-los a algum conceito que os dominasse; com isso, o emprego de noções que presidiram à comparação dos fatos, em vez de derivar deles, tomava-se indispensável em toda sociologia racional. Mas sabemos que, se nessas condições a prática se torna refletida, a reflexão, assim empregada, não é científica (DURKHEIM, 2007, p. 50-1).

Assim, temos uma contraposição entre “misticismo” e “ideologia”. A primeira abordagem vê a ciência como um fim em si mesmo, estando totalmente desligada de qualquer “eficácia prática”, impotente para colocar a questão da finalidade e do que é desejável. A segunda, por sua vez, se preocupa com o valor prático, mas acaba subordinando a reflexão a este processo e se afasta da ciência. A citação abaixo é a última referência de Durkheim ao termo ideologia:

O problema que acabamos de colocar nos permitirá reivindicar os direitos da razão sem cair de novo na ideologia. Com efeito, tanto para as sociedades como para os indivíduos, a saúde é boa



e desejável, enquanto a doença é algo ruim e que deve ser evitado. Se encontrarmos portanto um critério objetivo, inerente aos fatos mesmos, que nos permita distinguir cientificamente a saúde da doença nas diversas ordens de fenômenos sociais, a ciência será capaz de esclarecer a prática, sem deixar de ser fiel a seu próprio método. É verdade que, como não consegue presentemente atingir o indivíduo, ela só é capaz de fornecernos indicações gerais que não podem ser convenientemente diversificadas, a não ser que se entre diretamente em contato com o particular através da sensação. O estado de saúde, tal como ela o define, não poderia convir exatamente a nenhum sujeito individual, já que só pode ser estabelecido em relação às circunstâncias mais comuns, das quais cada um se afasta em maior ou menor grau; ainda assim, esse é um ponto de referência precioso para orientar a conduta. Do fato de ser preciso ajustá-lo a seguir a cada caso especial, não se conclui que não haja nenhum interesse em conhecê-lo. Muito pelo contrário, ele é a norma que deve servir de base a todos os nossos raciocínios práticos. Nessas condições, não se tem mais o direito de dizer que o pensamento é inútil à ação. Entre a ciência e a arte não existe mais um abismo, mas se passa de uma à outra sem solução de continuidade. A ciência, é verdade, só pode descer aos fatos por intermédio da arte, mas a arte não é senão o prolongamento da ciência. Pode-se também perguntar se a insuficiência prática desta última não deverá diminuir, à medida que as leis que ela estabelece exprimam cada vez mais completamente a realidade individual (DURKHEIM, 2007, p. 51-2).

Assim, através da distinção entre o normal e o patológico é possível escapar do método ideológico:

Todo fenômeno sociológico, assim como, de resto, todo fenômeno biológico, é suscetível de assumir formas diferentes conforme os casos, embora permaneça essencialmente ele próprio. Ora, essas formas podem ser de duas espécies. Uma são gerais em toda a extensão da espécie; elas se verificam, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos nos quais se observam, mas variam de um sujeito a outro, essas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Há outras, ao contrário, que são excepcionais; elas não apenas se verificam só na minoria, mas também acontece que, lá mesmo onde elas se produzem, muito frequentemente não duram toda a vida do indivíduo. Elas são uma exceção tanto no tempo como no espaço. Estamos, pois, em presença de duas variedades distintas de fenômenos que devem ser designadas por termos diferentes. Chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos. Se concordarmos em chamar tipo médio o ser esquemático que constituiríamos ao reunir num mesmo todo, numa espécie de individualidade abstrata, os caracteres mais frequentes na espécie com suas formas mais frequentes, poderemos dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio e que todo desvio em relação a esse padrão da saúde é um fenômeno mórbido (DURKHEIM, 2007, p. 58).

Enfim, essa distinção foge tanto do “misticismo”, que nega a finalidade e o papel da ciência em determinar o que é desejável, quanto à ideologia e a arte que se preocupam apenas com o valor prático, a finalidade, o desejável. Depois dessa longa exposição na qual citamos todos os trechos (e contexto) em que aparece a palavra ideologia, podemos passar para a discussão sobre o significado dessa noção no pensamento durkheimiano, tal como exposto em *As Regras do Método Sociológico*.

Num primeiro momento, Durkheim parece confundir ideologia e todas as formas de “noções vulgares”, “preconções”. Em outros trechos, no entanto, ele distingue ideologia e “misticismo”. Afinal, qual o significado do termo ideologia em Durkheim? Devemos, em primeiro lugar, entender que para ele todas as concepções equivocadas (sejam únicas ou diferenciadas, como discutiremos a seguir) são opostas à ciência. A ciência seria um saber objetivo e verdadeiro. Podemos, portanto, produzir um quadro esquemático para ilustrar isso:

Saber Verdadeiro e Objetivo	Saber falso
Ciência	Noções vulgares, preconções Arte, ideologia Misticismo



A questão é se no campo do saber falso há alguma especificidade para a ideologia ou se ela possui o mesmo significado que arte, misticismo, noções vulgares, prenoções. Sem dúvida, na abordagem de Durkheim em *As Regras do Método Sociológico*, todas as concepções que se opõem à ciência são consideradas falsas, tal como a ideologia. Contudo, em alguns momentos Durkheim realiza a distinção entre ideologia e outras formas de saber. Ele opõe explicitamente a ideologia ao misticismo. O misticismo que ele contesta nega a finalidade e o valor prático da ciência. Essa é a posição contrária à da arte, que sendo técnica, preocupa-se com a prática, ou segundo suas palavras, “arte é ação” (DURKHEIM, 2008a, p. 19). A ciência se degenera ao se misturar com a arte. Assim, temos, por um lado, a separação total entre ciência e ação, o misticismo, e, por outro, a “mistura” entre ambas, ou seja, entre ciência e arte.

A ideologia se contrapõe ao primeiro caso, mas não se contrapõe ao segundo. Segundo afirmação de Durkheim, o método ideológico supera o misticismo<sup>11</sup>. O método ideológico está relacionado ao racionalismo, pois os racionalistas não aceitariam o misticismo<sup>12</sup>. Ele seria mesmo uma fase por qual passaria todas as ciências particulares, tal como ocorreu com a psicologia. Uma vez superada essa fase, uma nova relação entre ciência e arte seria estabelecida: se passa de uma (a ciência) à outra (a arte) “sem solução de continuidade”. Então teríamos algumas fases: a da arte como algo separado da ciência; a da arte misturada com a ciência e a da arte derivada da ciência. Eis que a segunda fase é a “ideológica” e a terceira é a verdadeiramente “científica”.

## A NOÇÃO DE IDEOLOGIA NO CONTEXTO DISCURSIVO DE DURKHEIM

A nossa abordagem anterior focalizou principalmente a obra *As Regras do Método Sociológico*. Contudo, para compreender a noção de ideologia em Durkheim é necessário verificar o seu contexto discursivo, o que remete a outras obras de Durkheim e fontes de inspiração (que se entrelaça com o contexto cultural, mas vai além dele, já que um autor pode resgatar teses antigas fora dele). É o que faremos a partir de agora.

A concepção durkheimiana se inspira na abordagem baconiana, tal como podemos perceber na síntese apresentada por Sciacca:

Bacon reúne em quatro grupos as fontes dos erros ou ídolos ou falsas imagens da realidade: a) *idola tribus*, que derivam da natureza de nossa mente, comuns à espécie (‘tribo’) humana, os quais induzem a pensar as coisas e as suas relações em analogia ao homem. Daí, por exemplo, a tendência a por nas próprias coisas ordem e uniformidade que realmente não existem (explicações antropomórficas da natureza), a dar mais importância a certas coisas que a outras (por exemplo, às que ferem nossa fantasia), etc.; b) *idola specus* ou preconceitos próprios da formação mental (que é como uma ‘caverna’, onde, consoante o célebre mito da *República* de Platão, se veem as sombras e não as coisas reais) do indivíduo singular devido a inclinações naturais ou a hábitos adquiridos com a educação; c) *idola fori*, que derivam das relações com os outros homens, da vida social (do ‘mercado’, lugar de encontros e relações) e devidos sobretudo ao uso convencional das palavras das quais nascem disputas tanto intermináveis quanto inúteis; d) *idola theatri*, que derivam da sugestão exercida pelas teorias tradicionais, pelos sistemas filosóficos (pelos filósofos da dedução abstrata) que, como os delinea, amiúde com agudas análises psicológicas, uma teoria sistemática do erro” (SCIACCA, 1962, p. 62).

Essa síntese da concepção baconiana dos *idola* ajuda a perceber uma das fontes de inspiração de Durkheim. Aquilo que ele denomina “noções vulgares” e “prenoções” se aparenta com os três primeiros tipos de *idola* apontados por Bacon e o que ele denomina ideologia aparece como semelhante ao *idola theatri*. Outra fonte de inspiração em Durkheim é, sem dúvida, Comte. A passagem do estado metafísico para o estado positivo é semelhante à passagem da fase ideológica para a fase científica e o próprio Comte seria expressão dessa passagem, sendo representante da fase ideológica da sociologia, ainda excessivamente metafísica e filosófica, ou, como ele mesmo afirma, “sua sociologia era, na realidade, uma filosofia da história” (DURKHEIM, 2004, p. 197). A fase ideológica é uma fase intermediária entre a metafísica e a científica e isso, obviamente, devido ao fato de que Durkheim considera que sua obra é a que oferece um caráter científico para a sociologia e Comte o precedeu



colocando alguns elementos e princípios, mas não se livrou totalmente da metafísica. Contudo, não seria de todo justo deixar Comte na fase metafísica e por isso emerge a fase ideológica, intermediária. E isso é observado em outros autores e em todas as ciências.

Nesse sentido, a concepção durkheimiana aponta para um processo de evolução intelectual da humanidade de forma etapista, constituída por fases, culminando com a fase científica. O que não significa que as demais fases deixariam de existir, mas esta coexistência do científico com o não-científico e o “quase científico” só pode ser explicado pelos fatos sociais existentes. A sua crítica ao pragmatismo (DURKHEIM, 2004) revela aspectos dessa concepção que não ficaram totalmente claros em *As Regras do Método Sociológico*.

Assim, a história da ciência seria precedida pela mitologia e, posteriormente, pela filosofia. Segundo Durkheim:

Após a mitologia, veio a filosofia, que nasceu dela e que satisfaz, ela também, necessidades especificamente intelectuais. A fé na existência de verdades especulativas não é uma alucinação nem uma visão que teria sido própria a Platão: ela é bem anterior a ele e se afirma entre todos os filósofos. Muito cedo, é verdade, a filosofia colocou problemas práticos (morais e políticos). Muito embora ela tenha procurado exercer uma ação prática, por sinal muito geral, em relação aos problemas humanos, ela nunca teve pretensões desse tipo quanto à ação da filosofia. Na Idade Média, ela fica em segundo plano, e a escolástica, constantemente, a deixa de lado. Isso continua no século 17. Assim, o pensamento filosófico, a preocupação prática não representa uma corrente permanente” (DURKHEIM, 2004, p. 176).

A passagem da mitologia para a filosofia antecede a história da ciência. Essas duas concepções (a mitológica e a filosófica) separam arte e ciência (como vimos na abordagem do misticismo em *As Regras do Método Sociológico*). Por conseguinte, a ideologia é um momento posterior, um desdobramento da filosofia (e do racionalismo), na qual arte e ciência se misturam. Durkheim aponta isso explicitamente:

Isto acontece ainda da mesma forma na ciência. Certamente, na origem, especulação e prática se encontravam fundidas uma na outra. A alquimia, por exemplo, preocupa-se menos em encontrar a verdadeira natureza dos corpos do que com a maneira de fabricar o ouro. Nesse sentido, poderia se dizer que em sua origem as ciências são pragmáticas. Mas, quanto mais avançamos na história, mais vemos a pesquisa científica perder esse caráter misto que ela tinha primitivamente. A ciência torna-se cada vez mais estranha às preocupações puramente técnicas. O cientista se coloca diante do real e se desinteressa pelas consequências práticas daquilo que ele descobrirá. Sem dúvida, no ponto de partida de toda pesquisa, há um ato otimista de fé na sua utilidade. Mas isso ocorre somente em um determinado tempo. O espírito científico consiste em se colocar num ponto de vista nitidamente oposto ao dos pragmatistas (DURKHEIM, 2004, p. 176).

Em suas origens, ela seria marcada por uma fase semicientífica, caracterizada ainda por excessiva influência da filosofia e do racionalismo, sendo “metafísica” (termo usado por Comte e que também tem a ver com o *idola theatri* de Bacon) e depois se tornaria científica, propriamente dita. Ou seja, a fase ideológica é o período de transição da concepção metafísica para a concepção científica, marcada pela mescla de ambas as concepções: mantendo um caráter ainda metafísico e filosófico, mas esboçando e anunciando elementos científicos, tal como no caso de Comte, que anunciou, mas não concretizou, o projeto positivista. Contudo, em *Pragmatismo e Sociologia*, Durkheim não usa o termo ideologia, apesar de que, devido seu uso em *As Regras do Método Sociológico*, se possa pensar que as passagens referentes ao momento de formação da ciência, sua fase formativa, seja entendida como sendo ideologia.

Renato Ortiz apresenta uma discussão em que torna equivalente os termos “ideologia” e “teoria” no pensamento de Durkheim. Segundo ele, “a finalidade da ideologia é outra. Trata-se de ‘ideias que têm por objetivo não exprimir a natureza das coisas, mas dirigir a ação’” (ORTIZ, 1989, p. 17). Contudo, a afirmação de Durkheim foi retirada do livro *Educação e Sociologia*, obra escrita, tal como *Pragmatismo e Sociologia*, depois de *As Regras do Método Sociológico* e novamente ele não usa o termo ideologia. O contexto da afirmação de Durkheim é o da discussão sobre as concepções pedagógicas. Segundo ele:



Essas reflexões tomam a forma de teorias. São combinações de ideias, não combinações de atos; e, por esse lado, aproximam-se da ciência. Mas as ideias que são assim combinadas não têm por objeto exprimir a natureza de determinadas coisas: tem por objeto dirigir a ação. Não são movimentos, mas estão muito próximas do movimento, que têm por função orientar. Se não são ações constituem programas de ação e, por esse aspecto, aproximam-se da arte. Tais são as teorias médicas, políticas, estratégicas, etc. (DURKHEIM, 1978, p. 66).

Durkheim continua:

Para exprimir o caráter misto desse gênero de especulações, propomos chamá-las de teorias práticas. A pedagogia é, assim, uma teoria prática. Ela não estuda cientificamente os sistemas de educação; reflete, mais ou menos profundamente, sobre tais temas, no sentido de fornecer ao educador uma visão teórica que o inspire (DURKHEIM, 1978, p. 66).

Assim, seria necessário um estudo comparativo do termo “teoria”, além destes trechos e outras passagens na mesma obra, para saber se ele é equivalente ao de “ideologia”. Pelo que foi apontado anteriormente, a ideologia é uma fase do desenvolvimento da ciência, sua primeira fase ainda incompleta e misturada com concepções não-científicas. E a teoria? Ao lermos as diversas obras de Durkheim, vemos que a teoria não tem o sentido semicientífico que tem a ideologia. Ele denomina como teoria várias de suas concepções, tal como a teoria do conhecimento em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), *Lições de Sociologia* (1983) e em várias outras passagens de outras obras, inclusive *As Regras do Método Sociológico*. Nesse sentido, o termo teria um sentido positivo e não negativo.

Contudo, ele aborda a questão das “teorias práticas” em contraposição às teorias científicas, em algumas passagens. A ideologia mescla arte e ciência, bem como as teorias práticas, tal como as “teorias pedagógicas”. Contudo, as teorias práticas podem ser aplicações de ciências estabelecidas, tal como a pedagogia pode ser aplicação da sociologia ou da psicologia (ou, ainda, da “ciência da educação”, que, no entanto, ainda não existe), sendo que a posição de Durkheim, obviamente, é que tal papel cabe fundamentalmente à primeira. Assim, podemos dizer que as teorias práticas são próximas da ideologia, mas não possuem o mesmo significado. As teorias práticas não são uma fase anterior e intermediária entre o misticismo ou a mitologia/filosofia e a ciência. Elas são, na verdade, outra forma de saber, embora bastante próxima da ciência, mas que tem uma utilidade prática, uma reflexão sobre ela. Segundo ele:

A pedagogia é, portanto, algo intermediário entre a arte e a ciência. Ela não é a arte, porque não consiste em um sistema de práticas organizadas, mas em um sistemas de ideias relativas a essas práticas. Ela é um conjunto de teorias. Nesse sentido ela se aproxima da ciência. Contudo, enquanto as teorias científicas têm como única finalidade exprimir a verdade, as teorias pedagógicas têm como objetivo imediato guiar a conduta. Se elas não constituem a ação propriamente dita, elas preparam a ação e nesse aspecto se aproximam dela. É na ação que reside toda sua razão de ser. É esta natureza mista que gostaria de exprimir, ao afirmar que se trata de uma teoria prática. Nessa definição está estabelecida a natureza dos serviços que podemos esperar da pedagogia. Ela não é a prática em si e, por isso mesmo, não pode dispensar a prática. Na verdade, ela pode esclarecê-la. Portanto, ela é útil à própria experiência profissional (DURKHEIM, 2008b, p. 18).

Assim, a ideologia é uma primeira fase da ciência, que admite a arte, mas cujo objetivo é constituir uma ciência e este não é o papel de uma “teoria prática” (esta deve se fundamentar em uma ciência particular estabelecida para ter validade). Neste sentido, as ideologias e as teorias práticas, apesar de terem semelhanças (principalmente no caso da mistura entre arte e ciência), possuem muito mais diferenças e, portanto, expressam fenômenos distintos e, por conseguinte, possuem distintos significados.

O mesmo vale para o “sistema de ideias” ou “doutrinas práticas” que é o socialismo, pois Durkheim, em nenhum momento utilizou o termo “ideologia” para qualificá-lo (DURKHEIM, 1993), apesar de seu sobrinho e colaborador, no prefácio do seu livro sobre esse tema, afirmar que seu objeto era explicar “uma ideologia, a ideologia socialista” (MAUSS, 1993, p. 31), cometendo o equívoco de usar um termo para qualificar a posição de um autor que não usa tal termo neste sentido e contexto.



Mas podemos dizer que o sentido do termo ideologia exposto em *As Regras do Método Sociológico* será mantido por Durkheim, apesar de usar poucas vezes o termo novamente. Nesse sentido, o uso desta noção em outras obras nos ajuda a identificar seu significado. Em *Educação e Sociologia*, em sua última edição brasileira (DURKHEIM, 2010), que contém o texto *A Evolução e o Papel do Ensino Superior na França*, tal como no original francês<sup>13</sup> e ausente na edição brasileira mais antiga (DURKHEIM, 1978), ele usa o termo no contexto de expor a necessidade da reflexão e da ciência para os pedagogos. Ele afirma que os pedagogos só encontrarão reflexão e ciência na universidade, pois fora dela “suas reflexões sobre a matéria não passariam de construções ideológicas e sonhos vãos” (DURKHEIM, 2010, p. 120). Logo, não seriam nem “teorias práticas” (que são úteis para os pedagogos em sua experiência profissional), nem “teorias científicas”, o que não contradiz o significado de ideologia exposta em sua obra anterior.

Contudo, ele usa novamente, em outro artigo, o termo ideologia e mais uma vez no contexto de uma discussão sobre a história das ciências. Em seu artigo sobre representações individuais e representações coletivas (DURKHEIM, 1970), após discutir a história da psicologia, afirma que “entre a ideologia dos instrospeccionistas e o naturalismo biológico, fundou-se um naturalismo psicológico, cuja legitimidade esse artigo talvez contribua para demonstrar” (DURKHEIM, 1970, p. 40). Em outras palavras, antes da psicologia científica (naturalismo psicológico) houve uma psicologia “ideológica” (introspeccionistas e naturalistas biológicos). Após mais algumas considerações sobre a psicologia e sua fase ideológica, Durkheim relaciona isso com a sociologia:

Mas o próprio exemplo da psicologia demonstra que essa concepção da ciência deve ser ultrapassada. Além da ideologia dos psicossociólogos, como além do naturalismo materialista da sócio-antropologia, há lugar para um naturalismo sociológico, que considere os fenômenos sociais como fatos específicos e que se empenhe em explicá-los respeitando religiosamente suas peculiaridades (DURKHEIM, 1970, p. 40).

Em outro texto ele volta a usar o termo ideologia ao se referir aos antecessores da sociologia, Comte e Spencer, principalmente, já que eles perceberam a necessidade de ultrapassar a “dialética ideológica” em favor da “observação paciente dos fatos”, coisa que Tarde, seu grande rival, não fez (DURKHEIM, 1975a, p. 118). Em uma resenha do livro *A Concepção Materialista da História*, de um dos mais importantes teóricos marxistas do final do século 19, Antonio Labriola, ele expõe a concepção deste autor, segundo a qual ao invés da vontade e escolha racional é necessário observar as causas profundas dos fenômenos. E afirma que, para Labriola, “se quisermos, portanto, compreender o verdadeiro encadeamento dos fatos, é preciso renunciarmos a este método ideológico” (DURKHEIM, 1975b, p. 218). O método ideológico, termo usado por Durkheim e não por Labriola, apesar de se referir à obra deste, é aquele que, como diria o sociólogo francês, parte das ideias para as coisas. Até aí, Durkheim não mostra discordâncias com Labriola, mas ao atribuir a este a ideia de que o substrato das mudanças sociais seria as causas econômicas<sup>14</sup>, ele mostra discordância, afirmando que o fator econômico é secundário e derivado. Contudo, o que nos interessa aqui é seu uso do termo “ideológico”, que ele usa para narrar a posição de Labriola e o faz isso por concordar que tal “método” criticado pelo socialista italiano é realmente “ideológico”, mas a solução marxista seria equivocada.

Em alguns outros momentos ele utiliza novamente o termo, mas sempre no mesmo significado. Ou seja, o significado permanece o mesmo no conjunto da obra do autor. E aqueles que utilizam o “método ideológico”, fazem “análise ideológica”, são sempre os mesmos, os antecessores da sociologia científica representada por Durkheim e os exemplos mais comuns são Augusto Comte e Herbert Spencer. Isso significa, enfim, que o significado do termo ideologia em *As Regras do Método Sociológico* é mantido nas demais obras. O curioso é, como já ficou claro, que em *Pragmatismo e Sociologia*, obra que tematizou novamente a questão da ciência em maior profundidade, a palavra não apareça. Como os cursos que deram origem a tal livro são posteriores à obra em que usou de forma mais extensa o termo, então isto significou um abandono do mesmo? Ele teria substituído “ideologia” por “mitologia” ou “filosofia” nas obras subsequentes?

Ao que tudo indica, a resposta é negativa, pois *Pragmatismo e Sociologia* analisa a questão da ciência, mas não da formação da sociologia ou de qualquer outra ciência, que é o contexto no qual ele



geralmente usa o termo ideologia. Há apenas uma passagem mais histórica nesta obra, que focaliza na verdade uma concepção não-ideológica, no sentido de que, pelo menos aparentemente, parte das “coisas para as ideias”, o pragmatismo. O método do pragmatismo não é ideológico, é o seu inverso, pelo menos aparentemente. Em *As Regras do Método Sociológico*, há uma discussão extensa sobre o que antecede a sociologia científica e sobre aqueles que, nesse processo, usaram o “método ideológico” e por isso a ausência do termo pode ser explicada pela mudança de foco e objeto de estudo, apesar as relações e de ambas remeterem ao problema da ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de ideologia em Durkheim é pouco clara e seu significado aparece implicitamente. A partir da contextualização de sua obra e fontes de inspiração, da análise do uso do termo ideologia em *As Regras do Método Sociológico* – única obra na qual fez referências extensas a ele – e observando a sua concepção global expressa também em outras obras, especialmente *Pragmatismo e Sociologia*, foi possível lançar uma luz sobre o seu significado. Nesse contexto, concluímos que a ideologia é uma fase de transição da metafísica (ou, como coloca em outras obras, da “mitologia” e da “filosofia”) para a ciência, constituindo numa fase formativa dessa última. As afirmações do próprio Durkheim apontam para essa interpretação.

Contudo, isso não explicita o que está implícito, ou seja, o significado da noção de ideologia em Durkheim. Toda a discussão que ele realiza em *As Regras do Método Sociológico* se fundamenta numa dicotomia entre ciência e outras formas de saber (ou outras representações, como ele diria). Por isso, analisar os aspectos de tal oposição nos ajuda a compreender melhor o significado da noção de ideologia, tornando explícito o que estava implícito. Durkheim coloca a diferenciação a partir de alguns aspectos: a relação com os valores; a relação com a prática (técnica, arte); a relação com a falsidade ou veracidade (objetividade), a relação entre as ideias e as coisas; a relação com o método. Claro que estes elementos não estão separados e muitas vezes se confundem e são formas de colocar a mesma questão, sendo úteis para fins de esclarecimento.

No que se refere à relação com os valores, apenas a ciência garante o processo de neutralidade e todas as outras formas confundem os desejos, sentimentos, etc., com o saber. Nesse aspecto, a ideologia em nada se diferencia das outras formas falsas de saber. No que diz respeito à relação com a arte, a posição da ciência é de separação e apenas após seu término é que a relação é estabelecida e a posição do misticismo é de separação total. Nesse caso, a ideologia é um meio termo, pois não abandona a finalidade e a arte, faz uma mescla do pensamento científico e do místico, ou mitológico, como coloca em outra oportunidade. Em relação ao problema da verdade (neutralidade e objetividade), a ideologia está além da mitologia e senso comum, mas está aquém da ciência, está no meio do caminho. No caso da relação entre as ideias e as coisas, a ideologia, assim como as demais formas de saber, parte das ideias para as coisas ao invés do procedimento científico de partir das coisas para as ideias. No último aspecto, a ciência se fundamenta em método adequado enquanto que as demais formas geralmente não possuem método, com exceção da ideologia (basta recordar o “método ideológico”, segundo expressão de Durkheim) e da filosofia, que, obviamente, segundo ele, não é um método “objetivo”. Nesse sentido, podemos concluir que, para Durkheim, a ciência é um saber verdadeiro, objetivo, neutro, cujo ponto de partida são as coisas (empírico, mas não no sentido do indivíduo ou do particular e sim no sentido próprio que ele atribuí aos fatos objetivos) e que sua relação com a prática é algo *a posteriori* e que se fundamenta num processo de pesquisa controlado por um método.

As demais formas de saber ou de representações são todas falsas ou “verdades mitológicas” (DURKHEIM, 2004) e não são neutras, bem como são pragmáticas. A ideologia se diferencia da ciência em alguns aspectos e se aproxima em outros. Contudo, a ideologia é uma concepção falsa, embora produza algumas ideias verdadeiras (o exemplo de Comte é revelador neste sentido, já que Durkheim o critica mas também reconhece elementos verdadeiros em sua construção), não é neutro e não consegue se separar da arte (prática, técnica) e seu ponto de partida são as ideias e não as coisas, apesar de considerar estas últimas num segundo momento, a título de exemplo ou prova. A ideologia possui um “método”, que, por mais problemático que seja, está acima do “misticismo”, embora não seja exatamente científico e objetivo.



Desta forma, no mesmo sentido que a evolução intelectual, a ideologia é um estágio intermediário entre senso comum e outras formas de saber, por um lado, e ciência, por outro, sendo menos avançado do que este último e mais do que os outros. Nesse sentido, a noção implícita de ideologia em Durkheim pode ser assim explicitada: a ideologia é uma fase de transição da metafísica para a ciência, mesclando elementos de filosofia e ciência, estando além da metafísica, mas aquém da ciência, e que se caracteriza por ser um pensamento ambíguo, mesclando afirmações falsas com afirmações verdadeiras, e por isso mantém vários limites de formas pré-científicas de saber (relação com a “arte” ou técnica, valores etc.), cujo elemento fundamental é o método ideológico, que vai “das ideias para as coisas”, ao invés de utilizar o procedimento científico objetivo de ir das coisas para as ideias. Sendo assim, a ideologia é um pensamento semicientífico que revela a transição da metafísica para a ciência e que, apesar de ser uma tendência evolutiva, pode conviver ao seu lado por um certo tempo. O seu caráter semicientífico se revela na sua mescla com elementos de metafísica, o que abre espaço para a “arte”, “valores”, etc. Em síntese, a ideologia, para Durkheim, é um pensamento semicientífico de transição para a ciência.

Desta forma, partimos da análise do uso do termo ideologia em uma determinada obra (*As Regras do Método Sociológico*), da explicitação do contexto social e cultural, bem como do contexto discursivo (obras do autor) e da análise de suas afirmações nesta e em outras obras, para chegarmos até sua noção implícita de ideologia e pudemos torná-la explícita. Durkheim apresenta uma interpretação da ideologia no contexto de sua busca de constituir uma ciência da sociedade, a sociologia, a partir de seus pressupostos positivistas, ou seja, cuja concepção de ciência aponta para um saber objetivo, positivo e por isso apresenta a narrativa evolucionista (tal como em Comte e diversos outros) no qual o fim é sempre o próprio saber. É, tal como coloca Greimas (1976), uma narrativa da descoberta, o que caracteriza o discurso científico. Nesse sentido, é necessário superar e criticar as demais concepções, mesmo as mais próximas e que fornecem as bases para sua produção, suas fontes inspiradoras, tal como é o caso do racionalismo e das primeiras tentativas de se constituir a sociologia num sentido positivista (Comte). Nesse sentido, como já dizia Ricouer (1988, p. 65), “a ideologia é o pensamento do meu adversário; é o pensamento do outro”. Contudo, é impossível ser de outra forma, o que muda, no fundo, é quem é o outro.

No caso de Durkheim, ele realizava uma competição com seus antecessores (especialmente Comte e Spencer) e seus adversários, representantes das escolas rivais, tais como Gabriel Tarde, René Worms, Frédéric Le Play (CUIN; GRESLE, 1994; VIANA, 2011). Essa disputa no interior da esfera científica, que Bourdieu denominou “campo científico”, e outros denominaram “comunidade científica”, expressa uma “disputa pelo monopólio da autoridade científica” (BOURDIEU, 1994) e assim é necessário criticar e afirmar a superação tanto de antecessores quanto de concorrentes. É nesse contexto que emerge a noção de ideologia em Durkheim. Ele elabora um discurso científico que apresenta a sua definição de ciência como a única verdadeiramente científica e que as demais são formas não científicas, e, os seus antecessores, como semicientíficos, mesclando elementos científicos e pré-científicos<sup>15</sup>.

A concepção de ideologia em Durkheim difere, portanto, das concepções clássicas de ideologia (MARX; ENGELS, 2002; MANNHEIM, 1986; ALTHUSSER, 1989; GRAMSCI, 1989). A ideologia é parte do discurso da narrativa da descoberta de Durkheim, da fundação da sociologia como ciência e que tem validade, na concepção dele, para a psicologia, economia política e todas as demais ciências. É derivada do momento histórico em que o pré-científico vai sendo substituído pelo científico e entre ambos há o semicientífico, mescla de elementos de ambas. Desta forma, a noção durkheimiana de ideologia é distinta da concepção mais comum que o positivismo irá gerar posteriormente. A concepção positivista dominante que perpassará os manuais de metodologia e diversas obras é a que Mário Bunge apresenta sucintamente: “assim como, do ponto de vista gnosiológico, a essência da ciência é a investigação, a da ideologia é a crença. Efetivamente, uma ideologia pode ser definida como um sistema de crenças, em particular, juízos de valor e declaração de objetivos” (BUNGE, p. 126)<sup>16</sup>. Bunge, obviamente, não é a referência fundamental, pois a ideia de ideologia é simplificada e passa a ser, geralmente, entendida como um pensamento valorativo, que repassa concepções políticas, morais, etc.

A noção durkheimiana de ideologia não ganhou o espaço que outras ideias deste autor conseguiu no interior da sociologia e isso provavelmente se deve ao pouco uso e explicitação do sentido desta



noção, por um lado, e pela falta de clareza em seu significado, o que fez com que muitos confundissem as “palavras” e as “coisas”, ou seja, não entendessem o significado do termo e o utilizassem em outro sentido, mesmo atribuindo isso a Durkheim. Claro que outras determinações, como as concepções de ideologia de Marx e Mannheim, que ganharam proeminência na sociologia e ciências humanas em geral, também diminuíram a possibilidade da noção durkheimiana de ideologia proliferar e ganhar adeptos e usos mais extensos.

Em síntese, a noção durkheimiana de ideologia contribui com a compreensão do seu pensamento em geral e do uso particular desta noção. Nesse contexto, o estudo da linguagem complexa (científica, filosófica, etc.) é um setor da epistemologia, sociologia do conhecimento e análise do discurso pouco desenvolvida e que tem um grande material que necessita análises no sentido de esclarecer o significado de conceitos, categorias, noções e outros termos utilizados nas ciências humanas e outras áreas do pensamento complexo. O termo ideologia, sendo de uso frequente nas ciências humanas e na sociologia, acaba sendo definido sob formas distintas e assume um significado específico na sociologia durkheimiana e que não deve ser confundido com outros termos utilizados por ele.

#### Notas

- 1 A inclusão ou não de pessoas que se referiram ao termo vai depender do critério de quem faz a análise. O uso de Napoleão, por exemplo, é descartado se o objetivo é apenas o uso filosófico ou científico do termo, a não ser que seja para mostrar suas origens.
- 2 Inclusive o autor coloca o artigo de Durkheim sobre juízos de valor, sendo que não se trata da concepção durkheimiana de ideologia, mas o que é relativamente lógico por estar na parte dedicada à concepção positivista, sendo que estava mais de acordo com uma análise substancial que parte do entendimento de que ideologia é um pensamento valorativo.
- 3 Claro que não é impossível fazer isso. Pois se usarmos ideologia no significado de “falsa consciência”, encontraremos neste autor afirmações a este respeito. Contudo, não podemos dizer que este é o significado que ele atribui a tal palavra e, por questão de ética intelectual e critérios teórico-metodológicos, deveríamos, nesse caso, deixar claro que nossa análise seria substancial e não formal, esclarecendo todos os detalhes envolvidos.
- 4 Bem como posteriormente. Limitamos-nos até esse período devido ao fato de que nosso foco é a noção de ideologia em Durkheim e as concepções posteriores são, portanto, excluídas da presente discussão. A respeito das diversas concepções de ideologia existe uma bibliografia (ZIZEK, 1999; EAGLETON, 1997; LENK, 1974) que as apresentam e não é nosso objeto aqui.
- 5 Em menor grau, é possível encontrar outros autores que inspiraram tal concepção de Durkheim, inclusive o médico Barnard, que considerava a existência de concepções falsas que deveriam ser superadas (*apud* BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).
- 6 Não partimos, portanto, da concepção de Badiou, que afirma que “chamam-se noções às unidades do discurso ideológico; conceitos às do discurso científico; categorias às do discurso filosófico” (BADIOU, 1989, p. 15). Consideramos que noções são pré-conceitos, ou seja, termos (e por esta palavra englobamos todas as palavras anteriores, possuindo uma amplitude generalizadora) que ainda não são conceitos ou construtos, pois não estão desenvolvidos, são “esboços”, algo que poderia ou deveria ter se desenvolvido e isso não ocorreu. Isso pode ocorrer por vários motivos, entre os quais, a obra do autor ter ficado inacabada no aspecto específico que exigiria tal desenvolvimento, por ser um elemento conjuntural no discurso (VIANA, 2009), por impossibilidade do autor prosseguir com o desenvolvimento do seu pensamento, etc.
- 7 Aqui destacamos que a evolução intelectual de um autor é o processo no qual ele vai construindo e desenvolvendo suas teses, sendo que em alguns casos concretos, ou seja, autores específicos, existem momentos de mudanças mais drásticas e reformulação de ideias. No caso de Durkheim há um debate no qual alguns afirmam que seu pensamento teve duas fases (DUVIGNAUD, 1982; GIANOTTI, 1982), sendo que a última seria espiritualista (DUVIGNAUD, 1982), enquanto que outros discordam e defendem a sua coerência e continuidade (CUVILLIER, 1992; VIANA, 2011), com mudanças que não seriam alteração e sim desdobramento de ideias já contidas nas obras anteriores. Essa última posição expressa melhor a evolução intelectual de Durkheim e isso se aplica à noção de ideologia, tal como mostraremos adiante.
- 8 Por “arte”, Durkheim quer dizer “técnica”, devido seu caráter prático. Ele já havia discutido essa distinção entre ciência e arte enquanto técnica em obra anterior (DURKHEIM, 2008a). Em *Educação e Sociologia* ele apresenta a seguinte definição de arte: “cremos que seria útil reservar o nome de arte a tudo o que seja prática pura, sem teoria. É assim, aliás, que toda gente emprega o termo quando fala da arte do soldado,



da arte do advogado, da arte do professor. Uma arte é um sistema de práticas ajustadas a fins especiais, e que são, nalguns casos, produto de experiência tradicional, comunicada pela educação; noutros, produto de experiência pessoal de cada indivíduo” (DURKHEIM, 1978, p. 65).

- 9 Antes Durkheim havia dito que os fenômenos sociais como coisas são “o único *datum* oferecido ao sociólogo”. Contudo, nem no original francês e nem em outras edições portuguesas da obra (DURKHEIM, 2012; DURKHEIM, 1974) se coloca o significado das duas palavras. Datum vem do latim e data é o seu plural e significa “dado” (ou, ainda, “dádiva”, “oferta”) ou “ponto de referência padrão”, sendo que é um termo usado em geodésia, especialmente em cartografia. O significado do termo, em Durkheim, é o de ponto de partida original e básico.
- 10 A questão da definição assume uma grande importância metodológica para Durkheim (2007) e um apinhado do contexto intelectual da discussão sobre definição pode ser vista em Massella (2011).
- 11 O misticismo nega a relação entre ciência e ação e o método ideológico “permite escapar dele”, o que significa que é algo distinto em relação a ele, tal como colocamos em citação anterior (DURKHEIM, 2007, p 50-1).
- 12 Massella fala em “método conceitual”, a partir da discussão durkheimiana em torno das “ideias” e “coisas” (MASSELLA, 2006).
- 13 A maior parte da produção intelectual de Durkheim está acessível em idioma francês na internet e consultamos diversos textos para verificar problemas de tradução. Não elencamos tais obras nas referências bibliográficas devido ao fato de ter sido consultadas apenas para dirimir dúvidas a respeito de traduções de termos e trechos e não a leitura dos textos completos, pois lançamos mão das obras traduzidas para idioma português.
- 14 Durkheim demonstra não ter entendido Labriola (1979), que é um crítico do economicismo e da “doutrina dos fatores” (fatores econômicos, políticos, etc., como coisas separadas) e que enfatiza a totalidade da vida social. Claro que a leitura do livro resenhado por Durkheim é suficientemente claro sobre isso. Contudo, Durkheim preferiu reproduzir as “noções vulgares” sobre materialismo histórico e assim realizou uma interpretação (e crítica) equivocada.
- 15 De certa forma, na concepção positivista de ciência, que existe e permanece hegemônica até os dias atuais, ele é realmente o fundador da sociologia científica. A sua distinção entre ideologia e formas pré-científicas e ciência é aceita e reproduzida por diversos autores e tendências. Gaston Bouthoul, por exemplo, separa “doutrinas” e “teorias” ou “ciências”, inclusive atribuindo a Durkheim o mérito de “infundir à sociologia as características de uma ciência” (BOUTHOU, 1959, p. 97). Outra posição semelhante à de Durkheim é a do epistemólogo Georges Canguilhem, que, ao discutir as “ideologias científicas”, embora comece discutindo o conceito de ideologia em Marx (que demonstra não compreender), coloca que é algo distinto da falsa ciência, pois reconhece esta, e cita o exemplo do evolucionismo de Herbert Spencer, entre outros, que mostram que as “ideologias científicas” antecedem e são superadas pela ciência (CANGUILHEM, 1977).
- 16 Bunge faz outras distinções e não deixa de ser relativamente curioso que coloque a psicanálise de Freud como “pseudociência” e o marxismo de Marx como “ideologia”. Uma concepção semelhante de ideologia, focalizando mais a questão dos valores em contraposição à neutralidade, vai se tornando hegemônica – e não tinha como deixar de ser, pois segundo a concepção durkheimiana o positivismo seria apenas a sua concepção, sendo que ele assumiu diversas outras formas. Assim, a concepção positivista dominante de ideologia não é a durkheimiana e sim aquela que o relaciona com valores: “a ideologia seria o conjunto de valores e normas que aceitamos por razões éticas, emocionais, afetivas, sociais, etc. Ciência seria aquele conhecimento que consideramos objetivo” (LUNGARZO, 1985, p. 82).

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BADIOU, Alain. *Sobre o Conceito de Modelo*. Rio de Janeiro: Mandacaru, 1989.
- BANCAL, Jean. Proudhon: Pluralismo e Autogestão. *Fundamentos*. Brasília: Novos Tempos, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre; CHABOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A Profissão do Sociólogo*. Preliminares Epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.



- BOUTHOU, Gaston. *História da Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.
- BRANDÃO, Helena N. *Introdução à Análise do Discurso*. 6ª edição. Campinas: Unicamp, 1997.
- BUNGE, Mario. *Seudociência e Ideologia*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. 32ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1992.
- COMTE, Augusto. *Discurso Sobre o Espírito Positivo*. Ordem e Progresso. Porto Alegre: Globo, 1976.
- CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. *História da Sociologia*. Belo Horizonte: Ensaio, 1994.
- CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª edição, São Paulo: Nacional, 1974.
- DURKHEIM, Émile. A Sociologia na França no Século 19. In: DURKHEIM, Émile. *A Ciência Social e a Acção*. São Paulo: Difel, 1975a.
- DURKHEIM, Émile. A Concepção Materialista da História. In: DURKHEIM, Émile. *A Ciência Social e a Acção*. São Paulo: Difel, 1975b.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 11ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia. A Moral, O Direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- DURKHEIM, Émile. Definição e Origem do Socialismo. In: DURKHEIM, Émile; WEBER, Max. *Socialismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile. *Pragmatismo e Sociologia*. Florianópolis: UFSC, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *A Educação Moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Hedra, 2010.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª Reimp, São Paulo: Martim Claret, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Montesquieu e Rousseau: Pioneiros da Sociologia*. São Paulo: Madras, 2008.
- DUVIGNAUD, Jean. *Durkheim*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Exercícios de Filosofia*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GREIMAS, A. J. *Semiótica do Discurso Científico. Da Modalidade*. São Paulo: Difel, 1976.
- HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- JACCARD, Pierre. *Introdução às Ciências Sociais*. Lisboa: Horizonte, 1977.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- LABRIOLA, Antonio. *La Concepción Materialista de la Historia*. Madrid: Editorial 7, 1979.
- LENK, Kurt. *El Concepto de Ideologia*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social - Elementos Para Uma Análise Marxista*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e Positivismo



- na Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Busca Vida, 1987.
- LUNGARZO, Carlos. *O Que é Ciência*. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MASSELA, Alexandre. *O Naturalismo Metodológico de Durkheim*. Goiânia: UFG, 2006.
- MASSELA, Alexandre. O Problema da Definição em Durkheim. In: OLIVEIRA, Márcio; WEISS, Raquel (Orgs.). *David Émile Durkheim: A Atualidade de um Clássico*. Curitiba: UFPR, 2011.
- MAUSS, Marcel. Introdução de Marcel Mauss à Primeira Edição Francesa. In: DURKHEIM, Emile; WEBER, Max. *Socialismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, p. 5-22, out. 1989.
- RICOER, Paul. *Interpretação e Ideologias*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SCIACCA, Michele. *História da Filosofia*. Vol. 2. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- TIMASHEFF, N. *Teoria Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- VIANA, Nildo. A Dialética Como Ideologia. *Fragmentos de Cultura (Goiânia)*, Goiânia, v. 12, n. Especial, p. 95-115, 2003.
- VIANA, Nildo. *Linguagem, Discurso e Poder – Ensaios sobre Linguagem e Sociedade*. Pará de Minas: Virtualbooks, 2009.
- VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

